



CIÊNCIAS HUMANAS

Estabelecendo diálogo da Educação Profissional e Tecnológica com o projeto “Educação Sanitária na Escola” da Secretaria da Agricultura do RS***Stablishing a dialogue of the Professional and Technological Education with the project “Health Education at School” from the Secretariat of Agriculture of Rio Grande do Sul***Elaine dos Santos Pinto¹, Aline Grunewald Nichele²**RESUMO**

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SEAPDR) conta com o projeto “Educação Sanitária na Escola”, criado em 2010, que tem fiscais estaduais agropecuários como agentes disseminadores de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária em escolas de ensino básico. O documento orientador deste projeto passou por uma revisão, sendo republicado em 2018. Este artigo é oriundo de pesquisa documental, qualitativa, de caráter exploratório, que se propõe a apresentar uma análise comparativa entre as duas versões do documento, seguindo categorização conforme Bardin (2011). Por meio da análise documental, traça relações com as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), principalmente os conceitos de trabalho como princípio educativo e a formação humana integral, conforme Gramsci (2001), Saviani (2007), Ciavatta (2009, 2014), Ramos (2008) e Freire (1987). Como resultado, verifica-se que o “Educação Sanitária na Escola” estabelece um diálogo consistente com as bases teóricas da EPT. A análise do documento orientador sob este viés contribuirá na elaboração de um site orientativo para auxiliar na ampliação da base de atuação do projeto.

Palavras-chave: Trabalho como princípio educativo; formação humana integral; educação sanitária em defesa agropecuária.

ABSTRACT

The Department of Agriculture, Livestock and Rural Development of Rio Grande do Sul (SEAPDR) created the project "Sanitary Education at School" in 2010, having state agricultural inspectors as disseminating agents of Sanitary Education in Agricultural Defense in elementary schools. The guiding document for this project was reviewed and republished in 2018. This paper is qualitative, exploratory documentary research, which proposes to present a comparative analysis between the two versions of the document, following categorization according to Bardin (2011). The study finds relationships with the conceptual bases of

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, Campus Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: elainesantospinto@gmail.com

² E-mail: aline.nichele@poa.ifrs.edu.br



Professional and Technological Education (PTE), mainly focusing on the concepts of work as an educational principle and integral human formation, according to Gramsci (2001), Saviani (2007), Ciavatta (2009, 2014), Ramos (2008) and Freire (1987). The results suggest that "Sanitary Education at School" establishes a consistent dialogue with the theoretical bases of PTE. The document analysis under this bias will contribute to the development of a guiding website to assist in expanding the project's operation.

Keywords: *Work as an educational principle; integral human formation; sanitary education in agricultural defense.*

1. INTRODUÇÃO

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária foi instituída, no Brasil, por meio do Decreto 5.741/2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2006), que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Porém, só foi regulamentada em 2008, pela Instrução Normativa nº 28 do mesmo ministério (BRASIL, 2008), com a instituição do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. O objetivo geral do programa é "promover, por via educativa, a sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros e de seus derivados". (BRASIL, 2008).

Nesta Instrução Normativa, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é conceituada como "o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos [...] relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários". (BRASIL, 2008). Dentre as atividades previstas, está a formação de "multiplicadores" para atuarem diretamente no público-alvo do programa, com "capacitação de professores quanto a noções básicas de temas relacionados à defesa agropecuária para a sua abordagem com alunos de instituições de ensino fundamental, médio e superior, principalmente em comunidades rurais e cursos técnicos e superiores de áreas afins". (BRASIL, 2008).

Em âmbito estadual, a Lei nº 13.192/2009 instituiu a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2009), determinando que tal política seja "um componente essencial e permanente da educação estadual, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal". (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

A partir deste arcabouço legal, foi criada, em 2009, a Seção de Educação Sanitária na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SEAPDR). Atualmente, a seção conta com 19 servidores (fiscais estaduais agropecuários com formação em Medicina Veterinária, em sua maioria) atuando como referências em Educação Sanitária nas supervisões regionais da secretaria, seus 19 suplentes, um grupo técnico de Educação Sanitária e o apoio dos servidores das regionais. Nenhum deles atua em regime de dedicação exclusiva, tendo que conciliar as ações de Educação Sanitária com as atividades rotineiras de seus cargos de origem. A seção distribui as atividades educativas por município, levando em consideração os relatórios epidemiológicos emitidos pela Seção de Epidemiologia e Estatística, e também as necessidades apontadas pelos programas sanitários e de inspeção da secretaria. Vale destacar que as ações de Educação Sanitária não se

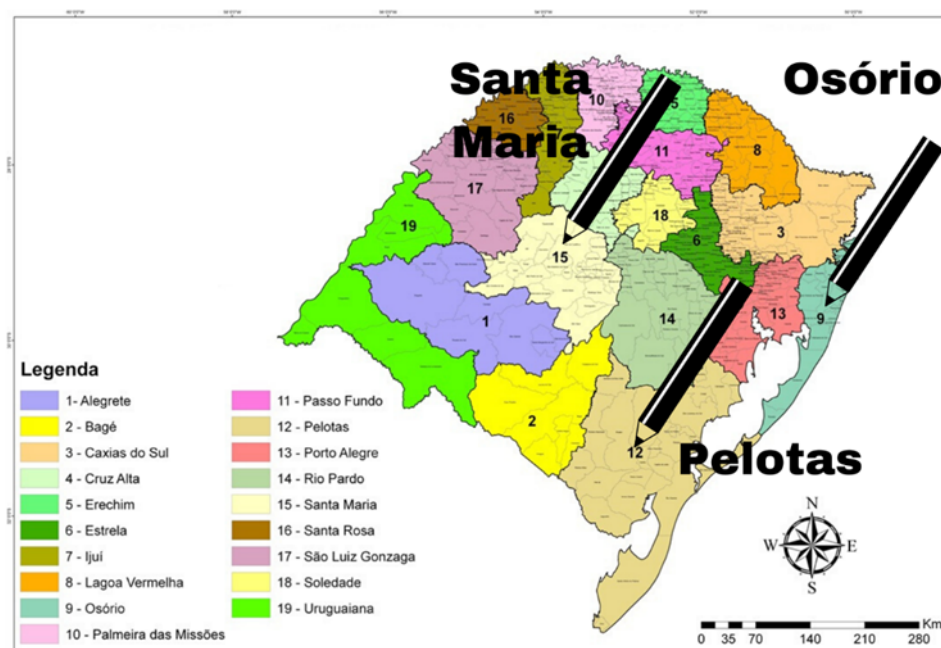


restringem ao espaço escolar: a seção também elabora apresentações, palestras, treinamentos, reuniões, cursos e seminários para produtores rurais e sociedade em geral.

Voltado para o espaço escolar, há o projeto “Educação Sanitária na Escola”, um programa de parceria com as secretarias municipais de Educação com a proposta de incluir o tema da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no currículo escolar. Assim que a parceria é aprovada, os fiscais estaduais agropecuários ou servidores administrativos da SEAPDR se reúnem com os professores das escolas participantes e repassam as informações que precisam ser abordadas em sala de aula. Os próprios professores incluem os temas em seus planos de aula, e podem contar com a participação dos fiscais em sala, sempre que necessário.

Mesmo após 11 anos de criação da Seção de Educação Sanitária, e dez do projeto “Educação Sanitária na Escola”, a Secretaria da Agricultura ainda não conseguiu ampliar significativamente o projeto. Das 19 regionais da Secretaria, apenas as de Pelotas, Santa Maria e Osório contam com atividades recorrentes de Educação Sanitária nas escolas (Figura 1).

Figura 1 - Regionais com ações recorrentes de Educação Sanitária em escolas.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Um dos desafios da pesquisa de mestrado que subsidia este artigo é dar suporte ao fiscal estadual agropecuário envolvido no programa de Educação Sanitária para que seja um agente da formação humana integral, cuja intencionalidade é formar o ser humano na sua totalidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica. (CIAVATTA, 2014).

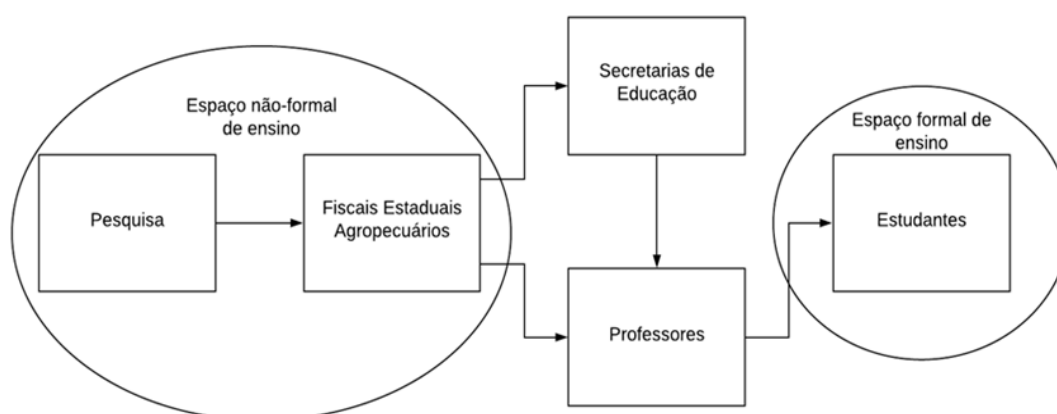
Este artigo se propõe a apresentar a análise comparativa dos documentos orientadores do projeto “Educação Sanitária na Escola” e a traçar relações entre o projeto e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT),



principalmente os conceitos de trabalho como princípio educativo e a formação humana integral.

O fluxo de conhecimento gerado por meio do projeto “Educação Sanitária na Escola” (Figura 2) terá em sua ponta final estudantes da educação básica se apropriando de conceitos importantes sobre sanidade animal e vegetal, doenças que acometem animais de produção e plantas consumíveis, segurança alimentar e saudabilidade dos alimentos produzidos pelo setor agropecuário.

Figura 2 – Fluxograma do projeto “Educação Sanitária na Escola”.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Nesta perspectiva, este estudo contribuirá para a construção de uma ferramenta que auxilie na formação humana integral dos fiscais, que terão uma visão mais holística sobre a importância de seu trabalho na secretaria e suas consequências para a sociedade. A partir daí, com a atuação destes fiscais no “Educação Sanitária na Escola”, espera-se que o ideal de uma formação humana integral reverbere entre professores e estudantes.

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, trazida para o ambiente escolar, propõe uma visão preventiva com relação às doenças animais, vegetais ou zoonoses, fazendo com que as crianças e jovens se apropriem de conhecimentos que, mais adiante, permitirão com que sejam cidadãos atentos à sanidade de animais e plantas ao seu redor, conscientes da saudabilidade dos alimentos de origem vegetal e animal que chegam à sua mesa. Com sua visão focada na vida cotidiana e complementaridade com os conteúdos abordados em sala de aula, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária se correlaciona com os conceitos de formação humana integral e omnilateralidade presentes na pedagogia de base marxiana, conforme Manacorda (2007). A omnilateralidade promove a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social: o trabalho, a ciência e a cultura. (RAMOS, 2008). Por sua contribuição para a formação omnilateral, é, portanto, de suma importância que o projeto “Educação Sanitária na Escola” consiga abranger todas as regiões do Estado, e não apenas as três que hoje em dia atende.



Esta investigação tem como base teórica a formação humana integral e também o trabalho como princípio educativo, que é a relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. (CIAVATTA, 2009). Baseia-se, também, na educação dialógica como prática pedagógica libertadora, conforme delineado por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987). Para Freire, a educação não pode acontecer sem bases estabelecidas no diálogo entre educandos e educadores – que ele muito corretamente batiza de “educadores-educandos” e “educando-educadores”. Em vez de uma hierarquização de conhecimentos em que o professor-educador exerce uma figura de autoridade e o aprendiz-educando resta como tábula rasa, Freire aponta que a educação só pode ocorrer verdadeiramente na relação de “‘A’ com ‘B’, mediatizados pelo mundo”.

Para o educador humanista ou o revolucionário autêntico a incidência da ação é a realidade a ser transformada por eles com os outros homens e não estes. Quem atua sobre os homens para, doutrinando-os, adaptá-los cada vez mais à realidade que deve permanecer intocada, são os dominadores. (FREIRE, 1987).

Com este aporte teórico como referência ao analisar comparativamente as duas versões do projeto “Educação Sanitária na Escola”, este artigo procura reconhecer e identificar aspectos das bases conceituais da EPT que estejam entremeados no alicerce de sustentação do “Educação Sanitária na Escola”.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem do tipo qualitativa, a qual pode ser definida como aquela que envolve a obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada, com ênfase mais no processo do que o produto. (BODGAN; BIKLEN, 1982 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.13).

Conforme a classificação quanto ao seu objetivo, esta é uma pesquisa de caráter exploratório, pois tem como meta “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. (GIL, 2002, p.41).

No aspecto metodológico, trata-se de uma pesquisa documental que “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. (GIL, 2002, p.45). Para Bardin (2011), a análise documental é um tratamento da informação contida em documentos acumulados, que tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. (BARDIN, 2011, p.51).

Foi efetuada a análise documental do projeto “Educação Sanitária na Escola” em suas duas versões – o texto original de 2010 e uma edição revisada, elaborada em 2018. As versões de 2010 e 2018 do documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola” foram lidas e tiveram seu conteúdo segmentado para posterior análise, conforme Bardin (2011) – comparando as mudanças ocorridas na estruturação do projeto e como ele se correlaciona com as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica. A divisão por categorias permitiu a construção de quadros comparativos



com as principais diferenças entre a estrutura e o conteúdo das duas versões do documento, no que concerne os objetivos geral e específicos do projeto, sua forma de aplicação e avaliação. Esta análise comparativa é o ponto de apoio para estabelecer diálogos entre os objetivos e a estruturação do “Educação Sanitária na Escola” e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente no tocante ao trabalho como princípio educativo, à formação humana integral, e à educação dialógica de Paulo Freire.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Seção de Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul foi criada em 2009, a partir da promulgação da Lei nº 13.192/2009, que instituiu a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no estado. Pouco tempo após sua criação, em março de 2010, a Seção publicou o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola” que, em linhas gerais, estabelece diretrizes de atuação para formação de parcerias com secretarias municipais de educação de forma a incluir o tema da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar. Oito anos depois, em 2018, sob o título “Educação Sanitária em Escolas: Panorama Atual de Experiência Exitosa”, o documento foi revisto e reeditado, com conteúdo ampliado e revisão de objetivos e metodologia.

As duas versões do documento foram lidas e divididas em seções seguindo a categorização proposta por Bardin (2011), que define categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. (BARDIN, 2011, p.147). A autora ainda conceitua as categorias como rubricas ou classes que, com título genérico, agrupem unidades de registro que tenham características em comum. (BARDIN, 2011, p.147).

A partir desta categorização, quadros foram montados para mostrar, de forma resumida, o conteúdo de cada seção das duas versões do documento, a de 2010 (Quadro 1) e a de 2018 (Quadro 2).

Quadro 1 - Seções do documento “Educação Sanitária na Escola” (2010).

Seção	Descrição
Introdução	Conceituação de Educação Sanitária de uma forma geral, e seus objetivos.
Justificativa	Importância de ações de Educação Sanitária para que a população se sinta comprometida e corresponsável por prevenir, controlar e/ou erradicar enfermidades.
Projeto Educação Sanitária na Escola	
1. Apresentação	Projeto piloto executado em conjunto com a Prefeitura Municipal de Arroio Grande, por meio da Secretaria Municipal de Educação, conduzido na rede de ensino público pela modalidade formal, através da atuação curricular como tema transversal, tendo como referência pedagógica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).



2. Objetivos	Lista objetivos geral e específicos. Serão tratados mais detalhadamente em outro quadro.
3. Justificativa	Educação como ferramenta de prevenção de doenças: a Educação Sanitária desenvolvida na Escola é um adequado instrumento para se desenvolver um processo ativo e contínuo onde se deseja promover mudanças de conhecimento, atitudes e comportamento de dos alunos e suas famílias.
4. Sensibilização	Etapa inicial que consiste em reuniões com professores e funcionários das escolas para apresentar o projeto e discutir a importância da realização do “Projeto Educação Sanitária na Escola” com todos os parceiros.
5. Ações propostas	Sugestões de ações educativas que podem ser conduzidas nas escolas no âmbito do projeto.
6. Recursos utilizados	Recursos humanos, materiais e financeiros previstos para as ações propostas pelo projeto. Porém, lista apenas os recursos humanos disponíveis.
6.1 Recursos humanos	Funcionários da Secretaria Estadual da Agricultura; equipes pedagógica e administrativa da escola; equipe de Supervisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação; representantes das Secretarias Municipais de Educação, Agricultura e Saúde; Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa).
7. Avaliação	Prevê a avaliação do projeto em todas as fases, desde a sensibilização até a execução, mas sem apresentar modelos de questionários ou outros métodos de avaliação já prontos.
8. Cronograma	A ser definido.

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2010).

Quadro 2 – Seções do documento “Educação Sanitária em Escolas: Panorama Atual de Experiência Exitosa” (2018).

Seção	Descrição
1. Introdução	Conceituação de Educação Sanitária e seus objetivos. Apresenta a escola como uma ferramenta que oportuniza a disseminação do conhecimento, conscientização e responsabilidade de todos os envolvidos.
2. Histórico	Apresenta o histórico do projeto na Supervisão Regional de Pelotas desde o projeto piloto estabelecido em Arroio Grande. Em oito anos, 150 escolas foram beneficiadas na região, inclusive com projeto específico desenvolvido em 2017, com apoio do Ministério Público Estadual, para jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.
3. Objetivos	Lista objetivos geral e específicos. Serão tratados mais detalhadamente em outro quadro.
4. Justificativa	Educação como ferramenta de prevenção de doenças: a Educação Sanitária desenvolvida na escola é um adequado instrumento para se desenvolver um processo ativo e contínuo onde se deseja promover mudanças de conhecimento, atitudes e comportamento de dos alunos e suas famílias.
5. Metodologia	Estabelece uma metodologia de implantação do projeto em que os fiscais primeiramente devem procurar a secretaria municipal de Educação para apresentar o projeto; após aprovação desta instância, organiza-se encontro com os professores e funcionários para sensibilização, divulgação das atividades e metodologia de ensino a ser adotada.
6. Resultados/Avanços	Relata experiências em que as ações se desdobraram para além dos muros escolares e os conhecimentos construídos no âmbito do projeto impactaram de alguma forma na vida dos alunos.



7. Expectativas/ Planejamento	Estabelece um planejamento para que o projeto seja adotado em quatro Supervisões Regionais da Secretaria da Agricultura a cada dois anos, até haver representação em todo o estado num prazo máximo de oito anos. O projeto prevê reavaliação e revisão de resultados nos três meses finais de cada ano. Referenciando a experiência na regional de Pelotas, sugere aplicação de questionário e construção de diagnóstico junto aos professores sobre os assuntos de maior relevância para a realidade local, além de organização de um cronograma assim que o projeto seja aprovado pela secretaria municipal de Educação.
8. Recursos Humanos	A mesma composição do documento anterior, com a adição de representantes de universidades.
9. Avaliação	A avaliação do trabalho acontecerá no decorrer de todas as etapas, através da receptividade da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, observação durante as palestras em sala de aula, pela motivação de alunos e professores, pelo feedback durante atividades, de reuniões com direção e professores, de concursos, e questionário para construção de diagnóstico para reformulação das ações.
Anexos	Entre os anexos do documento, vale destacar: modelo de questionário voltado a professores para orientação do trabalho em sala de aula e temas importantes a serem abordados; sugestão de cronograma para a organização do trabalho durante o ano.

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2018)

A análise comparativa do conteúdo começa, então, com os objetivos geral e específicos do projeto “Educação Sanitária na Escola” listados como categorias, conforme Bardin (2011). Em sua redação inicial, o objetivo geral do projeto é difundir conhecimentos para que os professores, estudantes e funcionários das escolas envolvidas, além da comunidade que os circunda, se tornem “agentes multiplicadores da Educação Sanitária, através de processos de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária”. (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Na versão reeditada em 2018, o documento orientador do projeto conta com quase o mesmo objetivo geral, mas com duas alterações: em vez de “agentes multiplicadores”, os professores, alunos, funcionários da escola e comunidade são referenciados como “agentes disseminadores” – uma terminologia que denota um papel mais ativo do público-alvo do projeto. Além disso, no final, que menciona como consequência “a melhoria na qualidade de vida”, há a adição de um qualificativo, “da população”, dando a dimensão de uma construção comunitária do conhecimento.

Entre os objetivos específicos, o documento revisado em 2018 apresenta diferenças de redação em tópicos presentes na versão de 2010, além da inclusão de novos itens, conforme aponta o Quadro 3.

Iniciando pelo primeiro objetivo específico, observa-se uma alteração significativa no escopo do projeto dentro do currículo escolar. Se no documento de 2010 havia a previsão de explorar o tema “Educação Sanitária” de forma transversal no currículo, a nova redação proposta em 2018 parece restringi-lo aos conteúdos de Biologia, Física e Química – dito de outro modo, aparenta-se que a interdisciplinaridade do projeto foi limitada às Ciências da Natureza. Isso sugeriria uma revisão negativa ao caráter interdisciplinar e transversal inicialmente proposto em 2010, em que não havia delimitações sobre as disciplinas escolares que poderiam ser incluídas no “Educação Sanitária na Escola”.



Quadro 3 – Comparativo entre objetivos geral e específicos das versões do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

	Versão 2010	Versão 2018
Objetivo geral	Proporcionar que alunos, professores, funcionários da Escola e comunidade em geral se tornem agentes multiplicadores da Educação Sanitária, através de processos de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária, possibilitando um exercício pleno da cidadania com melhoria na qualidade de vida.	Proporcionar que alunos, professores, funcionários da Escola e comunidade em geral se tornem agentes disseminadores da Educação Sanitária através de processos de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária, possibilitando um exercício pleno da cidadania com melhoria na qualidade de vida da população .
Objetivos específicos	Enriquecer o currículo escolar com a exploração do tema transversal “Educação Sanitária, saúde pública e sanidade animal”;	Enriquecer os conteúdos e áreas de ciências da natureza, composta pelas disciplinas de biologia, física e química, com a exploração dos temas focados na saúde pública e sanidade animal;
	Promover hábitos e posturas voltadas para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida do cidadão;	
	Estabelecer diversas parcerias com entidades e órgãos públicos para ampliar os trabalhos e projetos desenvolvidos na Escola;	
	Estimular a gestão participativa dos diversos atores envolvidos nas políticas públicas relacionadas aos serviços de vigilância sanitária.	
	-	Incentivar a participação de alunos e professores na construção das atividades que sejam condizentes e atrativas com suas realidades e localidades;
-	Promover e incentivar encontros nas demais regiões, para implantação e disseminação da educação sanitária para a rede de ensino em todo o Estado do RS;	
-	Possibilitar a divulgação dessa atribuição, em todos os eventos para conhecimento da população em geral.	

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2010, 2018)

Porém, é importante ressaltar que os dois documentos foram elaborados pelos próprios servidores da Secretaria da Agricultura, profissionais que não possuem formação pedagógica; e o entendimento do termo “transversal”, para eles, é de conteúdos que podem ser tratados paralelamente na escola: “a gente trabalhava nas escolas presencialmente com um tema a mais, pra complementar as informações que eles já tinham”³. Na segunda versão, a menção a disciplinas e grupos temáticos específicos objetivou simplificar a aplicação do projeto em outras frentes, não pretendendo limitar a transversalidade, nem a interdisciplinaridade. Além disso, as disciplinas elencadas foram propostas pelos próprios professores das escolas em que o

³ Entrevista com um dos autores das duas versões do projeto “Educação Sanitária na Escola”.



projeto já fora implementado nos anos anteriores, demonstrando um espaço de escuta e diálogo presente dentro do “Educação Sanitária na Escola” que fica ainda mais evidente no parágrafo seguinte, que analisa outro objetivo específico.

Pois, dentre os novos objetivos específicos adicionados, chama a atenção o que referencia a participação de “alunos e professores na construção das atividades do projeto, para que sejam condizentes e atrativas com suas realidades e localidades”. (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Mesmo que em nenhuma parte do documento ele seja citado, mostra-se evidente, neste objetivo específico, a influência do pensamento de Paulo Freire, da dialogicidade como pedra fundamental de uma pedagogia libertadora.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição - um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 1987).

Não é mais suficiente apenas sensibilizar os professores e funcionários para a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária: torna-se primordial que estes temas tenham sentido para a realidade local destes profissionais e seus estudantes, que as temáticas de Educação Sanitária sejam usadas como tijolos na construção de conteúdos e atividades realmente relevantes para este grupo de pessoas e a comunidade onde estão inseridas. Esta dinâmica remete aos “temas geradores” de Freire:

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores. (FREIRE, 1987).

O movimento, no entanto, se dá de forma um pouco inversa, no sentido em que os temas de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária são propostos ao corpo docente e só serão abordados por estes, em sala de aula, se encontrarem raízes na realidade do grupo escolar a ser trabalhado.

Quanto à metodologia de implantação e aplicação do projeto, há diferenças entre os dois documentos. No texto original de 2010, a primeira etapa é de sensibilização dos parceiros, com reuniões da equipe organizadora do projeto “Educação Sanitária na Escola”, composta pelos fiscais estaduais agropecuários da secretaria junto com professores e servidores das secretarias municipais de educação, saúde e agricultura, quando houver. Estas reuniões teriam como objetivo discutir a importância da implantação do projeto e os meios para que isto ocorra. A partir daí, os professores organizariam a agenda de atividades práticas e teóricas de acordo com o currículo escolar. (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

A versão atualizada de 2018, construída a partir da prática e conhecimentos acumulados por um grupo de servidores da SEAPDR ao longo de oito anos de condução do projeto, apresenta uma sugestão de metodologia para a sua implantação em um município. Trata-se de uma espécie de passo-a-passo em que primeiro se aconselha o contato inicial com a secretaria municipal de Educação, com o objetivo de



apresentar as atribuições da Secretaria da Agricultura, o papel da Educação Sanitária e os conteúdos que podem ser abordados pelas escolas. Após a aprovação da secretaria municipal, organiza-se um encontro com professores e funcionários das escolas que forem escolhidas para abrigar o projeto, com sensibilização, divulgação das atividades e metodologia de ensino a ser adotada. (RIO GRANDE DO SUL, 2018). São orientações construídas pelos servidores, a partir de suas próprias experiências, para que um colega que nunca tenha tido contato com Educação Sanitária, ou um projeto com base escolar, saiba, em linhas gerais, navegar os meandros administrativos das relações entre dois órgãos públicos - Estado e prefeituras. Não se propõem a ser medidas obrigatórias ou uma prática engessada, pois as regionais da Secretaria da Agricultura trilham seus próprios caminhos no que concerne as atividades em âmbito escolar.

Na primeira versão do documento - que está presente, como anexo, na versão mais atual -, os temas discutidos devem levar em consideração a realidade regional e os problemas sanitários que sejam recorrentes naquela localidade específica, como, por exemplo, o uso, distribuição e preservação da água; higiene no consumo de alimentos; malefícios de se comprar alimentos de origem animal sem inspeção sanitária; manejo sanitário de animais e plantas, entre outros tópicos. (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Mais uma vez, se manifesta o conceito dos “temas geradores” de Freire. Quanto a propostas de atividades educativas que podem ser realizadas, o primeiro documento explicita alguns exemplos, como palestras, oficinas, gincana escolar, visitas técnicas a propriedades, mutirão de sensibilização e prevenção de doenças, e blitz educativa com distribuição de material informativo. (RIO GRANDE DO SUL, 2010), dedicando, inclusive, uma seção inteira ao assunto (“Ações Propostas”). Na versão mais atual, assim como não há temas sugeridos no corpo principal do documento, também não há proposições de ações educativas - uma evidência de que o projeto se encaminha para um processo de construção coletiva com o grupo de professores e funcionários das escolas, alinhado com o objetivo específico inserido em 2018: “incentivar a participação de alunos e professores na construção das atividades que sejam condizentes e atrativas com suas realidades e localidades”. (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

No que concerne a avaliação da aplicação do projeto, a versão mais recente do documento orientador do “Educação Sanitária na Escola” traz materialidade a alguns dos instrumentos de coleta ao propor um modelo de questionário a ser respondido pelos professores envolvidos no projeto, de forma a determinar os assuntos mais relevantes para uma escola específica e conhecer as expectativas do corpo docente a respeito da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. O texto original de 2010 previa que a avaliação de aplicação do projeto fosse feita em todas as etapas, mas abordava de forma genérica, sem detalhar os instrumentos de coleta de dados para as avaliações.

Estas análises podem ser resumidas em um quadro comparativo (Quadro 4) entre as duas versões do documento, abordando as categorias Aplicação, Temas, Ações propostas, Avaliação e Cronograma.



Quadro 4 – Comparação entre as versões 2010 e 2018 do documento “Educação Sanitária na Escola”.

	Versão 2010	Versão 2018
Aplicação	a) Sensibilização de professores e funcionários; b) Professores organizam agenda de atividades práticas e teóricas de acordo com o currículo escolar.	a) Contato inicial com secretaria municipal de Educação para apresentar o projeto; b) Após aprovação, sensibilização de professores e funcionários; c) Entrega de um kit educativo composto por DVD, apresentações, folders e vídeos, subsídios para a construção de ações educativas.
Temas	Exemplifica temas que podem ser abordados: - Uso, distribuição e preservação da água; - Higiene no consumo de alimentos; - Malefícios de se comprar - alimentos de origem animal sem inspeção sanitária; - Manejo sanitário de animais e plantas.	Não há menção aos temas no corpo principal do documento; o texto original de 2010 está presente como anexo.
Ações propostas	- Palestras; - Oficinas; - Gincana escolar; - Visitas técnicas a propriedades; - Mutirão de sensibilização e prevenção de doenças; - Blitz educativa com distribuição de material informativo.	Não há menção a propostas de ações educativas no corpo principal do documento; o texto original de 2010 está presente como anexo.
Avaliação	- Prevê avaliação em todas as fases, mas sem especificar como; - Na implantação: verificar aceitação do público-alvo (Qual público? E como?); - Alunos observados e avaliados conforme interesse, participação, realização das atividades, orais, escritas e práticas (Como? Por quem?).	- Receptividade da equipe técnica da secretaria municipal de Educação; - Observação durante as palestras em sala de aula; Motivação de alunos e professores (Como?); - Feedback durante atividades; - Reuniões com direção e professores; - Concursos (Como?); - Questionário para construção de diagnóstico para reformulação das ações (há um modelo de questionário como anexo ao documento).
Cronograma	“A ser definido”.	Apresenta, em anexo, modelo de cronograma para um ano.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com as análises comparativas traçadas entre as duas versões do documento, segue-se à discussão sobre os seus resultados, estabelecendo o diálogo que há entre o projeto “Educação Sanitária na Escola” e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica.

Os estudos em Educação Profissional e Tecnológica tomam o entrelaçamento entre Trabalho e Educação como pressuposto fundamental. Em seu artigo *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*, Saviani (2007) discorre sobre como o surgimento do trabalho e da educação são coincidentes, uma vez que o ser humano,



além de não ter sua existência garantida pela natureza, também não nasce sabendo como se manter vivo – o homem aprende a ser homem. O trabalho é o meio de produzir sua existência, mas o trabalho precisa ser aprendido: “a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade”. (SAVIANI, 2007, p.154).

O trabalho como princípio educativo é, portanto, um resgate dessa relação intrínseca entre trabalho e educação, divididos pelo estabelecimento da propriedade privada e a separação de homens entre proprietários e não-proprietários, em um processo de dualidade do ensino que se intensificou com o sistema capitalista.

A pedagogia de base marxiana baseia-se na definição do trabalho como princípio educativo conforme posto por Gramsci no segundo volume de *Cadernos do Cárcere*, em que ele observa como o conceito de trabalho era o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias – Gramsci argumenta que o trabalho não poderia se realizar totalmente sem um conhecimento preciso e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule a vida dos homens. O trabalho seria, portanto, um princípio educativo imanente à escola primária, uma vez que a ordem social e estatal – os direitos e deveres – é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. (GRAMSCI, 2001, P.41).

No âmbito do “Educação Sanitária na Escola”, as duas versões do documento orientador do projeto não abordam especificamente o trabalho como princípio educativo; tampouco se debruçam sobre os reflexos que a atuação no projeto traria para a formação dos fiscais estaduais agropecuários. Porém, é perceptível uma certa dialogicidade entre as partes envolvidas no “Educação Sanitária na Escola”, em que o trabalho como princípio educativo transparece no sentido de que a prática profissional, tanto de fiscais agropecuários quanto dos professores e funcionários da escola, volta-se para ações educativas que levem em consideração a realidade da comunidade que os cerca.

As ações educativas efetivadas através dos projetos em escolas são desenvolvidas pelos profissionais da SEAPI⁴, com participação dos professores e ações conjuntas com objetivo de unir esforços para o desenvolvimento de temas que sejam de interesse do público e atendam distintas realidades regionais. (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p.4).

A partir da observação de que a aplicação do “Educação Sanitária na Escola” depende de uma construção conjunta e dialógica entre os servidores da Secretaria da Agricultura e professores, diretores e coordenação pedagógica, nota-se uma proximidade com o ideal de escola unitária referida por Gramsci e uma perspectiva de superação da dualidade da educação entre formação intelectual e prática instrumental. Para os fiscais e servidores da Secretaria da Agricultura, trabalhar junto a professores os temas da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária nos conteúdos programáticos do currículo escolar oferece oportunidade de reflexão sobre sua prática profissional, propiciando um espaço de aprendizado intelectual concomitante ao seu trabalho. Para a comunidade escolar em geral, o “Educação Sanitária na Escola” traz materialidade a conceitos trabalhados em sala de aula, contextualizando-os no seu cotidiano e incentivando o exercício pleno de sua cidadania: por que se preocupar com

⁴ Em 2018, a Secretaria chamava-se Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI).



a origem dos seus alimentos? Que doenças podem ser transmitidas por comida sem procedência conhecida?

É importante destacar, no entanto, que o “Educação Sanitária na Escola” não consegue dar conta de todas as dimensões do trabalho como princípio educativo. Tomando como referência o que diz Ciavatta no *Dicionário de Educação Profissional em Saúde*, sobre a introdução do trabalho como princípio educativo, a análise comparativa dos dois documentos orientadores do projeto não aponta indícios de que o “Educação Sanitária na Escola” recupere para todos a dimensão do conhecimento científico-tecnológico da escola unitária e politécnica, introduza nos currículos a crítica histórico-social do trabalho no sistema capitalista, os direitos do trabalho e o sentido das lutas históricas no trabalho, na saúde e na educação. (CIAVATTA, 2009). Estes elementos faltantes, sem dúvida, se apresentam como importantes linhas-guia para a construção do produto educacional que virá a partir desta pesquisa.

Apesar disso, pode-se concluir que o trabalho como princípio educativo está presente, em alguma medida, no projeto, uma vez que os profissionais envolvidos no “Educação Sanitária na Escola” estão em constante processo de ensino e aprendizagem, atuando ora como educadores, ora como educandos. É um cenário que apresenta um potencial promissor para que o trabalho como princípio educativo se desvele.

Como consequência do resgate do trabalho como princípio educativo, tem-se a construção de uma formação humana integral, relacionada à implantação de uma educação omnilateral, que Ciavatta (2014) define como “formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”. (CIAVATTA, 2014, p.190).

Conforme Ciavatta esmiúça em seu artigo *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade* (2005), o termo “formação humana integral” deriva da ideia de uma formação que busque a integridade do ser humano – o qual sofre, ainda hoje, com a cisão educacional oriunda da divisão social do trabalho, da separação tácita entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. (CIAVATTA, 2005, p.2). Além de integrada, é também uma formação humana, porque objetiva “garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”. (CIAVATTA, 2005, p.2-3).

Ademais, é importante destacar que, embora seja um conceito comumente associado à prática educacional em espaços escolares, a formação humana integral, a exemplo do trabalho como princípio educativo, não está delimitada ao contexto escolar. E nem o poderia ser: se a meta é a integralidade da formação humana, não há lógica em restringi-la a um local específico. A pedagogia marxiana se baseia precisamente na ideia do trabalho como espaço primeiro de educação na historicidade humana; deriva daí, por conseguinte, que o resgate do trabalho como princípio educativo é, também, um resgate do trabalho como espaço educacional e plataforma para a formação humana integral.

Portanto, em que pese a análise dos documentos orientadores do “Educação Sanitária na Escola”, observa-se que a formação humana integral, intermediada pelos aspectos



de trabalho como princípio educativo identificados no projeto, se torna uma consequência tanto direta quanto indireta durante a aplicação do projeto. Para os fiscais, é mais uma oportunidade de atuar de formas diversificadas em seu trabalho, oferecendo novas dimensões de atuação profissional que sejam igualmente propositivas e construtivas e que vão além da atitude punitivista de fiscalização que caracteriza parte de suas práticas profissionais. Para a comunidade escolar, o projeto propõe “uma abordagem estratégica com foco na formação dos estudantes para serem futuros cidadãos atuantes e comprometidos com a busca de soluções viáveis para questões ligadas à saúde pública e sanidade animal⁵”. (RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.3). A ampliação da área de atuação do projeto trará como consequência mais escolas com informações sobre Educação Sanitária em Defesa Agropecuária articuladas ao conteúdo de suas disciplinas, levando professores, funcionários e estudantes a construir seus conhecimentos sobre sanidade animal e vegetal, saudabilidade de alimentos e outros temas abordados pela Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

O “Educação Sanitária na Escola” tem o potencial de se estabelecer como um fluxo de informações em que, numa ponta, estão os fiscais, vivenciando o trabalho como princípio educativo e construindo seus conhecimentos sobre o espaço escolar; na outra ponta, estão adultos, jovens e crianças mais conscientes e com uma visão mais holística sobre sua saúde, a saúde de plantas e animais – um círculo virtuoso que poderá contribuir para a formação humana integral de todos os envolvidos.

Por fim, não há como falar em trabalho como princípio educativo, ou formação humana integral, sem os fundamentos de uma educação dialógica e libertadora, proposta por Freire. Conforme já foi pontuado na exibição dos resultados desta pesquisa, o documento orientador do “Educação Sanitária na Escola”, em sua versão mais recente, apresenta vários indícios de práticas dialógicas na execução do projeto e a adoção dos “temas geradores” de Freire, além de evidenciar em seus objetivos a construção conjunta do conhecimento entre profissionais da Secretaria da Agricultura, professores, funcionários e estudantes. Nota-se certa influência freiriana na elaboração e execução do projeto, mesmo que o educador pernambucano não seja citado ou referenciado em nenhuma parte do documento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise documental faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo compreender o papel dos fiscais estaduais agropecuários para a expansão do projeto “Educação Sanitária na Escola” no Rio Grande do Sul, principalmente em suas relações com as secretarias municipais de Educação, professores e funcionários das escolas locais. O *website* resultante desta pesquisa deverá ser uma ferramenta que auxilie estes fiscais a estabelecerem parcerias com as secretarias municipais e as escolas, de forma que haja ampliação na base de atuação do “Educação Sanitária na Escola”.

⁵ Devido à forte influência da produção pecuária no Rio Grande do Sul, o “Educação Sanitária na Escola” nasceu ligado fundamentalmente à sanidade animal. Nos últimos anos, o projeto tem procurado incluir a sanidade vegetal em seus temas.



A análise do documento orientador do “Educação Sanitária na Escola”, em suas duas versões, traz uma visão ampla sobre como o “Educação Sanitária na Escola” surgiu, quais seus fundamentos e seu modo de execução. Os resultados desta análise sugerem um diálogo consistente entre as linhas gerais do “Educação Sanitária na Escola” e as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mesmo que não haja referenciais teóricos específicos e evidentes no teor dos documentos.

Ter esta visão é de suma importância para poder articular o projeto com as bases conceituais da EPT, de tal forma que o produto educacional resultante da pesquisa de mestrado consiga evidenciar e potencializar os pontos de interseção entre os pressupostos da EPT e a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária voltada ao espaço escolar.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006**. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 28, de 15 de maio de 2008**. Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2008.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v.3, n.3, 2005.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.23, n.1, p.187-205, 2014.

CIAVATTA, M. O trabalho como princípio educativo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. In: SEMINÁRIO PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, 2008. **Anais...** Belém: 2008. p.30. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 1 abr. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.192, de 30 de junho de 2009**. Institui a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Palácio Piratini, 2009.



RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Educação Sanitária na Escola - Março de 2010.** Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Educação Sanitária em Escolas:** panorama atual de experiência exitosa. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.12, n.34, p.152-180, 2007.

Submetido em: **23/12/2020**

Aceito em: **19/06/2021**